

RESPOSTA AO PRÍNCIPE MARCUS VON ANHALT

Posted on 19. Februar 2020

*Um ponto de vista **do Sean Henschel**.*

Caro Sr. von Anhalt,

uma entrevista com você e o Sr. Gabel foi publicada em 02.02.2020 no canal YouTube Tim Gabel sob o título "PODCAST #2: PRINC MARCUS VON ANHALT sobre seu vídeo "escândalo", tempo como cafetão, Bushido e muito mais" (1) Falam do teu passado como chulo, da tua formação como mestre-carniceiro, das tuas relações amorosas com várias prostitutas que trabalharam para ti, da abolição da imoralidade da prostituição, da ambição, da disciplina, da ostentação e do sucesso, do reconhecimento social e das redes sociais como uma máquina de marketing. Foi uma entrevista muito interessante.

O vídeo teve mais de 1 milhão de visualizações e mais de 6000 comentários em muito pouco tempo, de modo que podemos falar de um interesse especial por parte da comunidade do YouTube e de uma gama particularmente elevada do conteúdo ali distribuído. Não se pode negar que você sabe como usar suas celebridades, não importa quais sejam as razões de sua presença, para campanhas publicitárias de todo tipo e para comercializar seus pontos de vista e produtos de forma lucrativa.

Tendo em conta que você também chega a muitas pessoas através das suas celebridades e que os meios de comunicação social bem conhecidos também publicam as suas histórias, também se poderia chamar-lhes "escândalos", sem qualquer atraso, aceito de bom grado o seu convite público para comentar alguns pontos das suas declarações. Neste vídeo você aborda questões importantes e descreve a sua opinião privada.

Permita-me retomar algumas das suas declarações e depois apresentar uma perspectiva diferente. As declarações selecionadas, me parece, são mais populares na sociedade do que alguns gostariam de admitir. Este comentário é feito com a ressalva de que apenas a entrevista de 02.02.2020 mencionada acima é tratada.

O vídeo afirma que a prostituição não é mais imoral de acordo com a lei:

Citação de Anhalt: "A prostituição não é mais imoral de acordo com a lei, portanto é moralmente aceitável como um supermercado ou um profissional alternativo ou um salão de massagens ou um cabeleireiro (...) de acordo com a lei (...) Não há mais problemas morais porque não somos mais imorais. O tópico "problemas morais" deve ser removido desde esta mudança na lei".

Tendo em conta a situação legal actual com a "entrada em vigor da Lei da Prostituição (Lei que regula as relações legais das prostitutas - Lei da Prostituição) em 2002, um contrato entre a prostituta e o cliente (contrato de prostituição) para a realização de um acto sexual já não é imoral de acordo com o § 138 BGB (Código Civil Alemão) e estabelece uma reivindicação legalmente efectiva se o acto sexual tiver sido realizado.

Antes da entrada em vigor da Lei da Prostituição, um contrato de trabalho que tinha como objecto a prática de um acto sexual em troca de pagamento era, de acordo com a opinião geral, imoral e, portanto, nulo nos termos do § 138, subsecção 1, BGB. Isto teve a consequência da lei civil que se o cliente não pagasse após o acto sexual, a prostituta ficava de mãos vazias. Nenhuma das partes podia fazer valer as suas alegadas alegações em tribunal. Uma reversão da transação sob a lei de enriquecimento sem causa foi descartada com base no § 817 sentença 2 BGB. O Tribunal Europeu de Justiça já tinha esclarecido anteriormente que a prostituição fazia parte da vida económica europeia, conferindo-lhe assim legitimidade económica. No entanto, isto não teve influência na jurisdição alemã.

A Lei da Prostituição foi aprovada a fim de melhorar a situação de direito civil das prostitutas e facilitar ou até mesmo tornar possível a reivindicação de remuneração. A exposição de motivos da lei declara

"Com o presente projecto o legislador quer melhorar a posição legal das prostitutas - não a dos clientes, operadores de bordéis e outros.

Ao melhorar a situação jurídica das prostitutas, o objectivo é retirar as bases para os fenómenos criminais que frequentemente predominam nesta área, os quais devem também ser atribuídos ao crime organizado.

Para tal, a lei estabelece claramente que as prostitutas têm direito à remuneração acordada, caso tenham prestado os seus serviços. O acordo não viola a decência comum. Assim, a aplicação do § 138 (1) do BGB a este acordo deve ser excluída.

Ao escolher a via de um contrato unilateralmente vinculativo, fica claro que o legislador se preocupa com as reivindicações legais das prostitutas, mas não com as reivindicações legais a favor dos clientes e dos operadores de bordéis contra as prostitutas".

Assumir a eliminação de problemas morais com base numa nova situação jurídica coloca problemas semelhantes aos dos positivistas legais, que fazem depender a eficácia de uma norma jurídica de um cenário positivo (lei feita pelo homem, por exemplo, promulgada pelo legislador).

Quem faz depender a eficácia de uma norma legal do cenário positivo sem exceção teria, consequentemente, de chamar também lei efectiva às Leis da Raça de Nuremberga. Quem quer eliminar problemas morais através de mudanças na lei não está longe de ser um Estado arbitrário, se o princípio da proporcionalidade e da justiça não for levado em conta.

Como a relação entre lei e moralidade é tratada no sistema legal atual pode ser vista na regulação do aborto. O Tribunal Constitucional Federal explicou isso da seguinte forma:

"A Lei Fundamental obriga o Estado a proteger a vida humana, incluindo a do nascituro (...) O sistema legal deve garantir os pré-requisitos legais para o seu desenvolvimento no sentido do direito à vida do nascituro (...) O aborto deve ser considerado como uma injustiça fundamental durante toda a gravidez e deve, portanto, ser legalmente proibido (confirmação do BVerfGE 39, 1).

Enquanto o Tribunal Constitucional Federal deriva um direito à vida da Lei Fundamental e representa um conceito moral pró-vida, o legislador promulgou o § 218a StGB, que regula a impunidade do aborto sob certas condições. Neste caso, § 218a StGB não promove a idéia básica derivada da constituição e foi promulgada por considerações pragmáticas. Antes das mulheres grávidas viajarem para o Leste para fazer um aborto lá, é criado um quadro de legalidade a fim de limitar a frustração das medidas de direito penal promulgadas. A existência do §218a StGB como um direito positivo leva aqui à eliminação dos problemas morais associados ao aborto?

Encontramos problemas semelhantes com as relações sexuais entre parentes, que são puníveis sob § 173, Subsecção 1, Frases 1 e 2, StGB. Mas seria moralmente errado ter relações sexuais com os irmãos só porque uma lei o proíbe?

O tema da lei e da moralidade não é tão simples e as frases e conclusões individuais podem levar a consequências de grande alcance num exame mais atento. Claro que pode haver semelhanças entre um sistema jurídico e os conceitos morais dos cidadãos do Estado. Contudo, isto não tem de ser necessariamente o caso, e depende também dos conceitos morais dos cidadãos que são utilizados. Neste contexto, tem havido muito debate entre os filósofos do direito sobre se existe ou não uma ligação necessária entre direito e moralidade. Por outro lado, pode-se ver que os conceitos morais influenciam a legislação e, inversamente, que a legislação tem uma influência duradoura sobre os conceitos morais na sociedade.

Ofensa moral é a violação do senso de decência de todos aqueles que pensam barato e justamente, levando em conta o sistema de valores da Lei Básica. Mas quem são as pessoas baratas e justas a pensar?

Citação de Anhalt: "No meio da luz vermelha também existe um sistema e se a mulher está contigo e tu constróis algo com ela e gastas dinheiro em habitação, carro, etc., podes fazer parte dele. Roupas e férias e tralala e depois ela sai de repente, depois não funciona assim, ela também tem um contrato de trabalho connosco e tem de o cumprir e se ela quiser dissolvê-lo, é claro que há acordos que tem de cumprir. Isso é bastante normal."

O contrato de prostituição, quer seja considerado um contrato de trabalho ou um contrato de prestação de serviços, continua a ser um contrato unilateralmente vinculativo. O contrato de prostituição não exige a realização de um acto sexual. Os "acordos" aos quais se teria de aderir não podem, portanto, ser de natureza sexual sem sair do reino da legalidade. Os acordos não são iguais a acordos. Uma promessa também é um contrato, mas não estabelece uma obrigação executória ou executória de contrair matrimónio (§1297 BGB). Em caso de retirada, no entanto, podem ser reivindicados pedidos de indemnização por danos. (§1298 BGB).

Citação de Anhalt: "Mas eu digo e isto não é mentira que provavelmente sou melhor com dinheiro do que 99% de todas as mulheres do mundo.

É bem possível descobrir que em casos individuais um homem é melhor a lidar com dinheiro do que uma mulher, e vice-versa. Para descobrir quem é melhor para lidar com o dinheiro, seria necessário primeiro utilizar critérios objectivos de avaliação (taxa de poupança, comportamento do consumidor, educação financeira, etc.) e depois realizar um estudo. A medida em que o sexo deve ser decisivo para a competência financeira é, pelo menos, sem qualquer base biológica. A alfabetização financeira é algo que pode ser aprendido de uma forma orientada e também é ensinado através da educação, que varia muito de acordo com o meio sócio-económico. Isto torna-se claro, por exemplo, quando se comparam famílias com uma formação empresarial e famílias com uma relação de trabalho predominante e se fala de poupança, investimento ou impostos.

Citação de Anhalt: "Sou um exemplo, pequeno açougueiro estúpido, hoje sou tão rico que o dinheiro praticamente cai do meu rabo". E funciona e eu não tenho um diploma do ensino médio e não estudei e ainda assim consegui. Se eu o consigo fazer, quase qualquer um com cérebro consegue fazê-lo."

O que é interessante aqui é o que se entende pelo termo "criação". Obviamente, "criar" é equiparado a ganhar muito dinheiro. Neste contexto, fica claro que não foi necessário nenhum certificado de conclusão do ensino superior (embora um exame de mestre artesão possa ser considerado uma qualificação elevada) e não foi necessária nenhuma carreira académica. Aqueles

que estendem o princípio da economia a todas as áreas da vida e objetivos na vida chegarão à conclusão de que um diploma do ensino médio é útil, mas não é de forma alguma necessário.

A usabilidade económica de uma acção, neste caso um certificado de fim de estudos ou um curso, negligencia as vantagens e oportunidades reais que oferece pela primeira vez. Por exemplo, se você tem um certificado de conclusão de estudos ou qualificação escolar semelhante, é mais fácil escolher um curso de estudos e lhe dá a oportunidade de exercer profissões que não seriam possíveis sem estudos, como o de um médico, professor, juiz, etc. Isto pode muito bem ser questionado e a possibilidade de aprendizagem autodidáctica discutida, mas por enquanto continua a ser assim.

Um certificado de fim de estudos oferece a oportunidade de conhecer áreas extensas, independentemente de se considerar útil ou não. Trata-se, superficialmente, de proporcionar diferentes formas de aprendizagem em diferentes campos de actividade. A aprendizagem deve satisfazer a curiosidade humana no conceito original e não estar subordinada exclusivamente aos ditames da economia.

Citação de Anhalt: "O pré-requisito básico é diligência, ambição e disciplina". Esse é o ponto final de tudo. Sem diligência, ambição e disciplina você não chegará a lugar nenhum. Não no desporto, não nos relacionamentos e não nos negócios. Para que não chegues a lado nenhum".

Sim, nada vem do nada! Diligência, ambição e disciplina são características objectivas que podem ser reconhecidas como condições básicas positivas para um "algo" que está orientado para o futuro. Mas não se deve esquecer que estas virtudes só fazem sentido em relação ao objetivo a ser alcançado e que este objetivo nunca se desprende das idéias morais e éticas. Uma pessoa pode trabalhar com diligência, ambição e disciplina para correr uma maratona, mas também pode construir bombas de gás venenoso.

Citação de Anhalt: "Você nunca tem dinheiro suficiente!"

Isto mostra as dificuldades com que nos deparamos quando o objectivo mais alto da vida é a expansão dos meios económicos. Se alguém considera a riqueza como algo relativo, o que só faz sentido em comparação com outros, então nunca há um ponto de satisfação. A corrida ao próximo milhão torna possível adquirir novos bens e adoptar novos hábitos de consumo, mas mesmo o próximo milhão não altera o facto de não ser de modo algum adequado para satisfazer realmente as necessidades básicas de cada indivíduo.

Este problema é claramente evidente nas redes sociais como Facebook, Instagram e Tinder, onde as estruturas de reconhecimento estão sendo economizadas e ao mesmo tempo funcionam como parte integrante da própria auto-estima. Segue-se uma corrida de gostos, comentários e partidas. O resultado é uma satisfação a curto prazo, imediatamente seguida pela continuação da caça a novas afirmações, que parece nunca terminar.

Finalmente, o ditado "Cada um é o arquiteto de sua própria fortuna", frequentemente usado neste contexto, contém um modo de pensar neoliberal encoberto que negligencia completamente a discriminação estrutural e subordina as pessoas a um mundo darwiniano economizado e social. Aquele que não tem dinheiro não tem sucesso e é ele próprio o culpado!

É claro que não foi possível abordar todos os pontos e tópicos apresentados no vídeo. A conversa levanta muitas questões sobre as quais vale a pena pensar por um tempo mais longo. Uma sociedade liberal vive da discussão e da livre articulação de diferentes opiniões. É certamente verdade que a riqueza permite uma certa liberdade, nomeadamente a liberdade de exprimir livremente a sua opinião sem medo de represálias significativas.

É improvável que seja possível concordar com todas as opiniões de uma pessoa, nem é necessariamente desejável. Se você considerar que outra pessoa é um ser racional, não há como dar sentido às suas palavras. Quem nem sequer considera o que a sua contraparte diz, exclui a possibilidade de qualquer discussão frutuosa. Quem não estiver disposto a considerar as opiniões da sua contraparte e rejeitar a legitimidade do conteúdo desde o início, nega a razão da contraparte.

Isto leva rapidamente a um sentimento de desdém, que pode causar directamente raiva e ódio e, assim, destruir rapidamente a base para uma mudança positiva.

Fontes:

1. <https://www.youtube.com/watch?v=gXzeltMAxC8>
2. https://www.gesetze-im-internet.de/prostg/_1.html
3. <https://www.gesetze-im-internet.de/protschg/BJNR237210016.html>
4. https://de.wikipedia.org/wiki/Nürnberg_Gesetze
5. <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv088203.html>
6. <http://www.servat.unibe.ch/dfr/bv039001.html#044>
7. <https://dejure.org/gesetze/StGB/218.html>
8. <https://dejure.org/gesetze/StGB/218a.html>

9. <http://dip21.bundestag.de/dip21/btd/14/059/1405958.pdf>
10. https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/_1297.html
11. https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/_1298.html
12. https://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/DE/2008/02/rs20080226_2bvr039207.html
13. <https://dejure.org/gesetze/StGB/173.html>

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar.

+++

Referência da imagem: / Shutterstock

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião da equipa editorial.

+++

Gostas do nosso programa? Informações sobre possibilidades de suporte aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora você também pode nos apoiar com Bitcoins.



18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK

BitCoin endereço: